

Falta de solidariedade leva mendigos à rua

01 Novembro 2016, Leonel Matusse e Hélio Nguane



OLHAR sofrido. A sua face é o retrato das adversidades que marcam os seus dias. Ela carrega um bebé ao colo e uma criança segura firme a sua perna esquerda. Aos soluços, os dois menores dão mais drama à situação. De mão estendida, ela roga para que algumas moedas ou notas caiam na sua mão.

Marta Francisco é nome fictício desta progenitora que a nossa Reportagem encontrou na Avenida Karl Mark e que circula pelas várias artérias da capital. Com a aprovação da nova postura municipal, a sua actividade, pedir esmola, passou a ser ilegal. Quem atender às suas

necessidades, oferecer dinheiro, roupas ou um pedaço de pão sem a autorização municipal também estará a cometer uma infração e penalizado por isso.

O documento vai regular as modalidades de prestação e canalização de apoios à população carenciada em situação de mendicidade. A postura visa controlar o movimento de pessoas vulneráveis e facilitar a programação e realização de acções em seu benefício.

Conforme o responsável pela área da população de rua e mendigos, na vereação de acção social, no município de Maputo, Boavida Chambale, será proibida a distribuição de qualquer tipo de apoio aos mendigos, à porta de estabelecimentos comerciais, de hotelaria, de restauração, locais de culto, passeios e outros.

Chambale frisou que a postura proíbe também a oferta de esmola na via pública por automobilistas e transeuntes.

“A distribuição de quaisquer géneros para mendigos em locais públicos ou privados, que não sejam os previamente estabelecidos, carece de autorização e acompanhamento do Conselho Municipal”, referiu, citando o documento, que ainda não foi divulgado ao público.

Marta, concorde ou não, o documento já foi aprovado. A decisão do município divide opiniões, prós e contras, nos vários estratos da cidade. Mas para o início da conversa, existem questões que teimam em não calar: uma delas é quais os factores que participam para a mendicidade?

O QUE OS LEVA À RUA?



O SOCIOLOGO João Colaço argumenta que há mecanismos sociais, como a família, que podem estar em crise. “O conceito tradicional de família, como porto seguro, pode ser que tenha sido alterado e daí a mendicidade. Pode igualmente ser uma crise de solidariedade, as instituições demitiram-se de criar o bem-estar social”, supõe.

Colaço aponta que a família não é a única que pode estar a falhar, a sociedade está a viver num contexto de exclusão social, em consequência de políticas públicas que não estão a ser eficientes.

Esta situação, acrescentou, leva a que os pobres estejam condenados a não ter acesso a bens básicos.

“O rápido crescimento urbano em África, infelizmente, não está a significar desenvolvimento, simplesmente, regista-se um êxodo rural em que as pessoas estão a sair do campo para a cidade, abandonando as terras para a produção agrária e pasto, por exemplo. Isto pode ser reflexo do falhanço das políticas rurais”.

Argumenta ainda que estas pessoas se encontram sem alternativas no campo e vêm para a cidade, quando a agricultura poderia ser um factor determinante para reter as pessoas nas zonas rurais.

Sobre os prós e contras, o sociólogo entende que o município tem autonomia para estas decisões, pois são uma instituição pública que tem como uma das suas funções a gestão e a definição das regras para o desenvolvimento.

“É papel do Estado garantir o bem social, definir mecanismos eficazes para o controlo das actividades dos municípios, a nível do espaço público. Já neste caso, em particular, o município deverá identificar as instituições para as quais vão ser canalizadas as ajudas para os beneficiários”, disse.

No entanto, considera que esta opção pode prejudicar as pessoas que têm na esmola a sua base de subsistência devido à morosidade, como é normal nos processos burocráticos. Para evitar este cenário, a sugestão de Colaço é que se definam estratégias de redistribuição célere dos bens doados.

A DISTRIBUIÇÃO DA ESMOLA



ASSIM, de acordo com a postura, as pessoas de boa vontade devem entregar os donativos às instituições apropriadas para o efeito. “Serão criados dois centros abertos, onde serão canalizados os bens e/ou dinheiro oferecidos. Todos os necessitados irão recebê-los em determinados dias da semana”, disse Boavida Chambale, acrescentando que nestes locais serão realizadas actividades lúdicas e de criação de rendimento.

Avançou igualmente que serão penalizados indivíduos que forem encontrados a pedir esmola, bem como os que estiverem a dar.

“Dar esmola é uma infração, pois incentiva este acto, daí que serão penalizados os indivíduos e instituições que patrocinarem esta acção”, assegurou.

A fonte sublinhou que antes da aplicação de penalizações será feita a sensibilização dos munícipes. Boavida Chambale avançou que a aplicação do documento só será possível com a coordenação das várias instituições da sociedade.

“Contamos com a participação de todos os titulares dos órgãos autárquicos e da estrutura administrativa, incluindo dos bairros e quarteirões para a fiscalização, denúncia e participação nas acções que vão contra o estabelecido na postura”, apelou.

A ESMOLA E AS CRIANÇAS

Muitas vezes, quando os progenitores vão à rua pedir esmola arrastam consigo os filhos menores e/ou netos.

“As crianças por si só não se fazem à mendicância. Elas vão acompanhadas de seus pais ou familiares mais velhos”, disse Chambale, acrescentando que esta ação prejudica o crescimento dos menores, pois ficam privados de instrução.

“A criança poderia usar este tempo que está a pedir esmola para estudar, ela devia estar na escola. Os encarregados de educação acham que estão a ganhar mais dinheiro porque levam as crianças à rua, mas não percebem que estão a hipotecar o futuro dos filhos”, afirma.

O responsável pela área da população da rua e mendigos no município acredita que ao se regular a vida do seu filho mais velho estar-se-á a garantir que a criança fique em casa, estude e se distancie da rua.

“Regulando a vida de seu pai, responsável, estaremos a fazer com que se respeite os direitos da criança. Porque este adulto obrigatoriamente vai ter de deixar de praticar a mendicância e aproxima a outros serviços sociais para ter ajuda”.

A MENDICIDADE E OPORTUNISMO



NÃO raras vezes nas artérias da cidade, sobretudo, nas mais movimentadas, aparecem indivíduos pedindo esmola, com aparência de quem está em condições de com base no seu trabalho, conseguir o auto sustento.

Daí a necessidade de o município ter de fazer algo no sentido de evitar que estes não sejam tidos como mendigos. “Há pessoas que se aproveitam da boa vontade dos outros. São concidadãos nossos em condições de trabalhar para o seu sustento”, observa o sociólogo João Colosso.

Estes alegam exclusão, dizem que não são aceites no mercado de emprego. “Mas a meu ver, isso não constitui verdade, pois se ele consegue andar toda a cidade a pedir esmola, automaticamente

estamos a dizer que este indivíduo tem capacidade de desenvolver qualquer actividade que o sustente”, disse Chambale.

Em relação aos deficientes, a fonte afirma que estes, apesar das limitações, também podem encontrar alternativas. “Podem ser comerciantes. O que está mais saliente aqui é o hábito de mão estendida”, expressou, avançando que devem ser encontrados mecanismos para a integração destes na sociedade.

O responsável defende que o acto de pedir esmola é um mau hábito e que se propaga com facilidade. Conta, inclusive, que já assistiu casos de pessoas que foram influenciadas a rumar por este caminho.

“Por exemplo, conheço uma senhora que tem esposo, vive bem, mas encontra na mendicidade outra fonte de renda. Ela afirma que na rua ganha mais que o esposo”, expressou, apelando que “temos de lutar contra a mendicidade. A esmola não traz educação, não é um valor na vida social, é um ante valor, as pessoas devem perceber que esta é uma prática maléfica”.

GESTÃO CÉLERE DA ESMOLA



A GESTÃO dos donativos é uma das questões que mais se exalta quando se fala da nova postura. Os munícipes querem celeridade, clareza e rigidez na sua distribuição.

Isabel Panguene, residente na cidade de Maputo, olha para a decisão com muita desconfiança, embora reconheça que a capital do país terá outro rosto.

“O problema é: como é que essas pessoas que precisam vão ter acesso a algo para comer? Em alguns casos, famílias inteiras são alimentadas com base nessa esmola”.

Não obstante, esta crítica à edilidade que com tantos problemas pertinentes na cidade, como “passeios partidos, problemas de transporte, abastecimento de água deficitária, vai tirar o pão desses pobres”.

Interpelado pela nossa Reportagem na Avenida 24 de Julho, o município Laurindo Mafuiane diz que recebeu a decisão de bom grado, pois várias vezes cruzou com “pessoas capazes de fazer algo para ganhar a vida, mas que preferem se fazer de mendigos”.

Por outro lado, lamentou o facto de as pessoas que realmente precisam dessa ajuda acabarem perdendo, porque é difícil fazer a distinção. Pelo que defende a necessidade de se canalizar estas ajudas para as pessoas que realmente precisam.

Entretanto, afirma que estas entidades que o município poderá criar para fazer a gestão deste tipo de apoios deverão ser céleres para não penalizar as pessoas carenciadas, muitas vezes que não têm o que comer.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/primeiro-plano/61322-falta-de-solidariedade-leva-mendigos-a-rua.html>